CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 42 • Quarta-feira, 26 de Agosto de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

FOTO MONTAGEM - DIVULGAÇÃO

A ECONOMIA NO CENTRO DAS ATENÇÕES E DAS ELEIÇÕES



ARTIGO

ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

PÁG. 4



POR **DYOGO BASTOS**
JORNALISTA

Eleições no trabalho: quando a escolha política vira assédio eleitoral

PÁG. 4

FOTO DIVULGAÇÃO



Pernambuco retira quase 300 toneladas de fios irregulares de postes em três anos

PÁG.2



INSS libera empréstimo consignado sem biometria facial para aposentados e pensionistas

PÁG. 2



Governo prevê salário mínimo de R$ 1.741 em 2027, mas valor ainda pode mudar

PÁG. 3



Painel Correio Político: Pernambuco: Raquel assume vantagem, João tenta reagir e Senado vira eleição de alianças

PÁG. 5



PF identifica operador financeiro de lobista que teria pago viagens de Lulinha

PÁG. 3

INSS libera empréstimo consignado sem biometria facial para aposentados e pensionistas

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que não possuem biometria facial cadastrada nas bases do governo federal voltaram a ter acesso à contratação de empréstimo consignado sem a necessidade de reconhecimento facial. A mudança está em vigor desde 19 de agosto, após a publicação da Instrução Normativa PRES/INSS nº 213, de 17 de agosto, no Diário Oficial da União.

A nova regra não elimina a exigência de biometria para todos os beneficiários. O reconhecimento facial continua sendo a primeira alternativa de validação. A dispensa vale para quem não possui registro biométrico disponível nas bases oficiais. Nesses casos, a autorização do empréstimo poderá ser feita pelo aplicativo Meu INSS, com acesso por meio da conta Gov.br e utilização de informações bancárias do próprio beneficiário para confirmar a operação.

Na prática, a mudança amplia o acesso ao crédito consignado para segurados que estavam impedidos de realizar novas operações justamente por não terem uma biometria registrada. O empréstimo consignado é descontado diretamente do benefício previdenciário, o que reduz o risco de inadimplência para as instituições financeiras e costuma resultar em taxas menores do que outras modalidades de crédito.

O procedimento, porém, continua dependendo de outras etapas de segurança. O beneficiário precisa estar com o benefício desbloqueado para realizar a operação e autorizar o contrato dentro do Meu INSS. A instituição financeira também deverá encaminhar ao instituto a documentação exigida e os dados referentes ao depósito do empréstimo. O banco terá até sete dias úteis para informar essas informações ao INSS. Caso as exigências não sejam cumpridas, o instituto poderá suspender os descontos e reter os repasses até que a situação seja regularizada.

Outra regra importante envolve benefícios recém-concedidos. A contratação de empréstimo consignado continua proibida nos primeiros 90 dias após a concessão do benefício. A restrição tem caráter preventivo e busca evitar que aposentados e pensionistas recém-incluídos na Previdência sejam alvo de ofertas ou contratos de crédito antes de terem tempo para organizar a situação financeira.

A mudança ocorre depois de o INSS ter adotado regras mais rígidas para a contratação de consignados, em meio às preocupações com fraudes envolvendo benefícios previdenciários. A exigência de biometria havia sido utilizada como uma das principais barreiras de segurança para impedir contratações não autorizadas. Agora, o instituto criou uma alternativa para

DIVULGAÇÃO



os segurados que não possuem registro biométrico, utilizando a validação por dados bancários dentro do ambiente oficial do Meu INSS.

Apesar da flexibilização, especialistas alertam para a necessidade de cautela. A ausência do reconhecimento facial pode aumentar a exposição a tentativas de fraude, principalmente quando o beneficiário fornece dados pessoais ou bancários a terceiros. A recomendação é que o aposentado ou pensionista realize a operação diretamente pelos canais oficiais e não entregue senha do Gov.br, dados bancários ou informações do benefício a intermediários.

A regra também estabelece procedimentos para a portabilidade de empréstimos. Nesses casos, o segurado deverá manifestar autorização expressa para a transferência da dívida por meio do aplicativo. O banco que receber o contrato terá prazo para confirmar a operação e, sem essa confirmação, a transferência poderá ser cancelada.

O beneficiário que pretende contratar um empréstimo deve verificar antes a margem consignável disponível e comparar as condições oferecidas pelas instituições financeiras. Mesmo com taxas geralmente inferiores às de outras linhas de crédito, o consignado compromete parte da renda mensal por um período que pode se estender por vários anos. Segundo dados divulgados sobre as novas regras, os empréstimos podem ser pagos em até 108 parcelas mensais.

A mudança, portanto, não representa uma liberação irrestrita do consignado. O INSS mantém mecanismos de controle sobre a operação, mas passa a admitir uma segunda forma de autenticação para quem não tem biometria cadastrada. A medida busca conciliar duas necessidades: impedir que a ausência do reconhecimento facial exclua beneficiários do acesso ao crédito e manter mecanismos capazes de reduzir o risco de contratações fraudulentas.

Para o aposentado ou pensionista, o principal cuidado é confirmar diretamente no Meu INSS se há margem disponível, conferir as condições do contrato e verificar o valor que será descontado mensalmente antes de autorizar a operação. Em caso de dúvida, o segurado não deve compartilhar senhas ou códigos de acesso com supostos representantes de bancos ou correspondentes bancários.

A liberação ocorre em um momento de maior atenção sobre a segurança dos benefícios do INSS. Por isso, embora a nova regra facilite o acesso ao crédito para quem não possui biometria, a orientação é redobrar os cuidados durante a contratação e utilizar exclusivamente os canais oficiais para autorizar operações que resultarão em descontos mensais no benefício.

Pernambuco retira quase 300 toneladas de fios irregulares de postes em três anos

Quase 300 toneladas de cabos, equipamentos sem utilização e estruturas instaladas fora das normas técnicas foram retiradas de postes de Pernambuco entre janeiro de 2024 e julho de 2026, segundo dados da Neoenergia Pernambuco. Ao todo, foram removidas 291,6 toneladas de materiais considerados irregulares, em um problema que afeta principalmente áreas urbanas e se tornou parte da paisagem de bairros do Recife e de outros municípios do Estado.

Somente nos sete primeiros meses de 2026, a distribuidora retirou 63,1 toneladas de materiais instalados de forma irregular em 8.627 postes espalhados por Pernambuco. O volume corresponde a 50,6% de tudo o que havia sido removido durante



2025, quando foram retiradas 104 toneladas. Em 2024, a quantidade também chegou a 104 toneladas.

Considerando o período de três anos e meio analisado pela empresa, a média foi de aproximadamente 9,4 toneladas de materiais retirados por mês. A maior parte desse material está relacionada a cabos e equipamentos utilizados por empresas de telecomunicações e internet que ocupam a infraestrutura dos postes.

O excesso de fios não é apenas uma questão visual. A concentração de cabos, equipamentos e estruturas instalados sem seguir as normas de compartilhamento pode aumentar os riscos de acidentes, dificultar o trabalho das equipes responsáveis pela manutenção da rede elétrica e contribuir para ocorrências envolvendo curtos-circuitos.

No Recife, comerciantes relatam que os problemas provocados pela fiação podem chegar diretamente ao funcionamento dos estabelecimentos. Na região central da cidade, o comerciante Jurandir da Silva, de 58 anos, proprietário de uma loja de móveis na Rua da Conceição, na Boa Vista, afirma que já enfrentou interrupções provocadas por curtos-circuitos.

"Temos um prejuízo irreparável quando acontece esses curtos-circuitos, porque passa o dia todo sem energia e temos que parar toda a produção, pois nossas máquinas necessitam de energia elétrica para funcionar. Tudo isso traz um transtorno para todas as lojas, escolas e restaurantes que estão próximos desses postes", afirmou.

Segundo o comerciante, os problemas também estão relacionados à tentativa de retirada de fios de cobre em postes. Ele defende uma fiscalização mais rigorosa para evitar novas ocorrências.

Na Rua da Carioca, no bairro de São José, a comerciante Lourdes Barbosa, de 67 anos, também relata episódios envolvendo a fiação. Ela trabalha há 36 anos em uma lanchonete da região e afirma que um poste próximo ao estabelecimento já chegou a pegar fogo.

"Já tiveram muitos tipos de ocorrências com fiação aqui no bairro de São José, inclusive este poste que fica ao lado do estabelecimento que trabalho já pegou fogo. Isso fez com que nossos produtos descongelassem, trazendo problemas para as nossas vendas. Além disso, quando as empresas vêm consertar os fios, eles deixam todos pendurados pelas calçadas", disse.

A retirada dos cabos também tem relação com a necessidade de organizar a ocupação dos postes. A infraestrutura é compartilhada por diferentes empresas, principalmente prestadoras de serviços de internet e telecomunicações, que precisam cumprir regras técnicas para instalar e manter seus equipamentos.

Nesse aspecto, a Neoenergia Pernambuco registra aumento no número de empresas regularizadas. Segundo a companhia, havia 514 empresas com contratos ativos para compartilhamento da infraestrutura em 2024. O número passou para 827 em 2025 e chegou a 929 provedores regularizados em 2026.

O crescimento indica uma maior adesão das empresas às regras de utilização dos postes, mas não elimina o problema das estruturas instaladas de maneira irregular. A distribuidora afirma que continuará realizando ações de fiscalização, regularização e retirada de cabos em diferentes regiões do Estado.

A questão ganhou dimensão maior nas áreas de maior concentração urbana, onde a quantidade de imóveis e de empresas de telecomunicações aumenta a demanda pela infraestrutura existente. No Grande Recife, o emaranhado de fios pode ser observado em diferentes bairros e representa também um obstáculo para equipes que precisam acessar a rede elétrica para realizar serviços de manutenção.

Além do risco de curtos-circuitos, a presença de cabos abandonados ou instalados fora do padrão pode deixar fios pendurados próximos às calçadas e aumentar a possibilidade de acidentes. Quando há necessidade de manutenção, a quantidade de estruturas sobre os postes também pode tornar o trabalho mais complexo.

A retirada de 291,6 toneladas de materiais em pouco mais de dois anos e meio mostra a dimensão do problema enfrentado pela infraestrutura urbana pernambucana. O dado também evidencia que a regularização não depende apenas da retirada dos cabos já instalados, mas da fiscalização contínua para impedir que novas estruturas sejam colocadas de forma irregular.

A Neoenergia afirma que as ações de fiscalização e regularização continuarão em todas as regiões de Pernambuco. A intenção é reduzir a quantidade de materiais fora das normas, melhorar as condições de segurança da rede e organizar o compartilhamento dos postes entre a distribuidora e as empresas de telecomunicações.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

PF identifica operador financeiro de lobista que teria pago viagens de Lulinha

DIVULGAÇÃO



A Polícia Federal identificou Ulisses Barbosa como um dos operadores financeiros da lobista Roberta Luchsinger, investigada por suspeitas de tráfico de influência e por negociações envolvendo contratos com órgãos do governo federal. Segundo a apuração, Barbosa seria responsável por realizar saques e pagamentos em dinheiro vivo a mando da empresária, inclusive em operações relacionadas a despesas de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A identificação do operador aparece em meio à análise de mensagens e movimentações financeiras obtidas pela PF durante a investigação. Os investigadores apontam que Roberta movimentava valores expressivos em espécie e utilizava parte desse dinheiro para custear despesas pessoais de pessoas de seu círculo de relações.

Um dos episódios analisados envolve uma viagem internacional de Lulinha. Segundo a investigação, Roberta teria participado da organização e do pagamento de despesas relacionadas ao deslocamento. Mensagens recuperadas pela PF indicam que os dois conversavam sobre uma viagem para a África e a Europa, com custo estimado em US$ 20 mil por pessoa.

Em uma das conversas, Lulinha questiona Roberta sobre a disponibilidade de recursos para bancar as despesas. “A gente tem grana pra bancar essas coisas? Vc que cuida das minhas finanças”, escreveu o filho do presidente, segundo informações obtidas pela investigação e divulgadas pela revista Veja.

A PF também identificou que o pagamento de despesas de Lulinha não seria um episódio isolado. De acordo com o material investigativo, Roberta teria utilizado recursos em espécie para pagar passagens aéreas e outras despesas relacionadas ao empresário. Em junho de 2025, um motorista ligado à lobista teria sacado R$ 300 mil em dinheiro. Desse montante, R$ 50 mil teriam sido destinados a uma agência de viagens para a emissão de bilhetes para Roberta e Lulinha.

A investigação busca esclarecer a origem desses recursos e a relação financeira entre Roberta, Lulinha e outros empresários. A PF sustenta que o filho do presidente seria um beneficiário indireto de negociações conduzidas pela lobista com empresários interessados em contratos com o governo federal.

As apurações também envolvem suspeitas de que Roberta e Lulinha mantinham interesses econômicos em comum. Segundo a PF, a lobista teria atuado na tentativa de viabilizar negócios junto ao governo, principalmente na área de medicamentos à base de cannabis. Uma das frentes investigadas envolvia uma proposta de fornecimento de canabidiol ao Ministério da Saúde. Nenhuma das propostas mencionadas pela investigação chegou a ser efetivamente contratada pela pasta.

Outro empresário citado no caso é Cléber Ribas, ligado à empresa de tecnologia 3Structure. A PF investiga se houve atuação de Roberta e de pessoas próximas a Lulinha para favorecer interesses empresariais junto a órgãos públicos. A investigação aponta ainda que a empresa de Ribas realizou pagamentos à lobista por sua atuação em defesa de interesses comerciais.

O caso também envolve Fernando Bittar, antigo sócio de Lulinha. Em mensagens obtidas pela PF, Roberta descreveu a relação entre os três. “Fefe (Bittar), Fábio e eu somos uma coisa só. Se um fala vai, todos vão. A gente é mesmo irmão”, afirmou a lobista em uma das conversas.

A investigação ainda analisa a relação de Roberta com integrantes ou ex-integrantes do governo Lula. Entre os nomes está Marco Aurélio Santana Ribeiro, conhecido como Marcola, que foi chefe de gabinete do presidente. Segundo a PF, a lobista teria pago cerca de R$ 217 mil em despesas pessoais dele, incluindo faturas de cartão, financiamento de veículo e outros gastos. A defesa afirma que os valores correspondem a um empréstimo pessoal já quitado. A apuração tramita no Supremo Tribunal Federal e tem como um dos focos a possível existência de tráfico de influência em negociações envolvendo o governo federal. A PF abriu diferentes inquéritos para investigar a atuação de Lulinha e de outros envolvidos. Parte das investigações está sob relatoria do ministro André Mendonça, enquanto outro inquérito foi distribuído ao ministro Flávio Dino.

Até o momento, a investigação não aponta que os contratos discutidos pelos envolvidos tenham sido efetivamente fechados em favor de Lulinha. A apuração busca justamente determinar se houve tráfico de influência, corrupção ou outras irregularidades nas relações entre empresários, a lobista e pessoas próximas ao governo. As suspeitas ainda dependem da conclusão do inquérito e de eventual responsabilização pela Justiça.

A defesa de Lulinha nega irregularidades e questiona as conclusões apresentadas pela investigação. O próprio presidente Lula afirmou que seu filho deve ser investigado caso tenha cometido alguma irregularidade e declarou que ninguém está acima da lei.

O novo detalhamento sobre Ulisses Barbosa amplia a frente financeira da investigação. Ao identificar quem teria realizado saques e pagamentos em nome da lobista, a PF passa a ter mais elementos para rastrear a circulação do dinheiro e verificar a relação entre os pagamentos, as despesas de Lulinha e as negociações mantidas por Roberta Luchsinger com empresários interessados em negócios com o poder público.

Governo prevê salário mínimo de R$ 1.741 em 2027, mas valor ainda pode mudar



O governo federal confirmou a previsão de um salário mínimo de R$ 1.741 para 2027. O valor será incluído no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto. A proposta representa um aumento de R$ 120 em relação ao piso atual, de R$ 1.621, equivalente a uma alta nominal de 7,4%.

A estimativa foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outros integrantes do governo. O novo valor, no entanto, ainda não é definitivo. O montante final dependerá do resultado da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado até novembro e da aplicação da fórmula prevista na política de valorização do salário mínimo.

Pela regra atual, o reajuste considera a inflação acumulada em 12 meses até novembro do ano anterior e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes, respeitando as limitações estabelecidas pelo arcabouço fiscal. Por isso, o valor de R$ 1.741 funciona neste momento como uma projeção orçamentária e ainda poderá sofrer alteração até o fim de 2026.

Se a previsão for confirmada, o trabalhador que recebe o piso nacional terá um aumento de R$ 120. O reajuste nominal de 7,4% representa também ganho acima da inflação considerada no cálculo, estimado em cerca de 2,4% em termos reais.

O valor também terá impacto direto sobre benefícios previdenciários e sociais vinculados ao salário mínimo. Aposentadorias e pensões do INSS que têm o piso nacional como referência, além do Benefício de Prestação Continuada (BPC), seguro-desemprego e abono salarial, são afetados pela definição do mínimo.

A mudança também terá efeito nas contas públicas. Segundo estimativas divulgadas pelo governo, a elevação do salário mínimo para R$ 1.741 deverá representar uma despesa obrigatória adicional de aproximadamente R$ 9,9 bilhões no Orçamento de 2027. Isso ocorre porque uma parcela significativa das despesas federais está vinculada direta ou indiretamente ao valor do piso nacional.

A nova projeção representa uma revisão em relação ao valor de R$ 1.717 previsto anteriormente no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027. A estimativa atual é R$ 24 maior que a apresentada pelo governo na etapa anterior do planejamento orçamentário.

O reajuste faz parte da política de valorização do salário mínimo adotada pelo governo federal, que busca garantir aumento acima da inflação quando as condições previstas na legislação permitem. A definição do valor também tem peso relevante na economia porque o piso nacional serve de referência para milhões de trabalhadores e beneficiários da Previdência e de programas sociais.

Apesar da confirmação da projeção pelo governo, o número de R$ 1.741 ainda precisa passar pelo processo orçamentário no Congresso. Além disso, como o cálculo depende dos indicadores econômicos que serão consolidados ao longo do ano, o valor poderá ser atualizado antes de entrar efetivamente em vigor.

A previsão é que o novo salário mínimo passe a valer em janeiro de 2027, caso seja confirmado. Na prática, o valor reajustado será percebido pelos trabalhadores nos pagamentos realizados a partir do mês seguinte, conforme o calendário de cada remuneração ou benefício.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

A ECONOMIA NO CENTRO DAS ATENÇÕES E DAS ELEIÇÕES

A economia é o grande assunto de 2026 e deverá ocupar o centro da eleição presidencial, o restante é narrativa menor.

Há outros temas relevantes no debate público, mas nenhum deles terá tanta capacidade de influenciar diretamente o cotidiano das pessoas, a confiança dos investidores e o futuro do país quanto a situação econômica brasileira.

O Brasil vive um quadro fiscal que exige atenção e responsabilidade imediatas. Não se pode adiar indefinidamente o enfrentamento do desequilíbrio das contas públicas. O país precisa iniciar um processo consistente de ajuste, com controle das despesas, definição de prioridades e recuperação da credibilidade fiscal. Caso contrário, estaremos alimentando uma trajetória perigosa de crescimento da dívida, aumento do custo de financiamento do Estado e perda de confiança.

Os números dão a dimensão do problema. Em junho de 2026, a dívida bruta do Governo Geral alcançou 81,9% do PIB, aproximadamente R$ 10,8 trilhões. Nos doze meses encerrados naquele mês, os juros nominais do setor público chegaram a R$ 1,16 trilhão, equivalentes a 8,8% do PIB. O déficit nominal acumulado atingiu quase R$ 1,32 trilhão, ou 9,99% do PIB. (Banco Central do Brasil)

São números que não podem ser tratados como detalhe contábil.

Mesmo depois de iniciar um movimento de redução, a taxa Selic continua muito elevada: o Copom fixou-a em 14% ao ano em agosto de 2026. O próprio Banco Central registra moderação gradual da atividade econômica e mantém preocupação com expectativas de inflação ainda acima da meta. (Banco Central do Brasil)

Esse conjunto — dívida elevada, déficits persistentes, juros muito altos e custo crescente de financiamento do Estado — restringe investimentos, dificulta a expansão das empresas, encarece o crédito das famílias e reduz o espaço para políticas públicas estruturantes.

Não se trata de anunciar catástrofes nem de afirmar que o Brasil já vive uma situação semelhante à da Grécia em sua crise da dívida. Trata-se justamente de agir antes que desequilíbrios acumulados produzam uma crise de confiança de maiores proporções. A responsabilidade fiscal não é uma bandeira ideológica. É condição para o crescimento sustentável.

As redes sociais, os algoritmos, a inteligência artificial e o enorme poder econômico das Big Techs são questões fundamentais do nosso tempo. Precisamos discutir sua regulação, sem restringir a liberdade, seus efeitos sobre a democracia, a informação e as relações sociais. Mas essa não deverá ser a questão decisiva da eleição de 2026.

A pauta que chega mais diretamente à população é a economia.

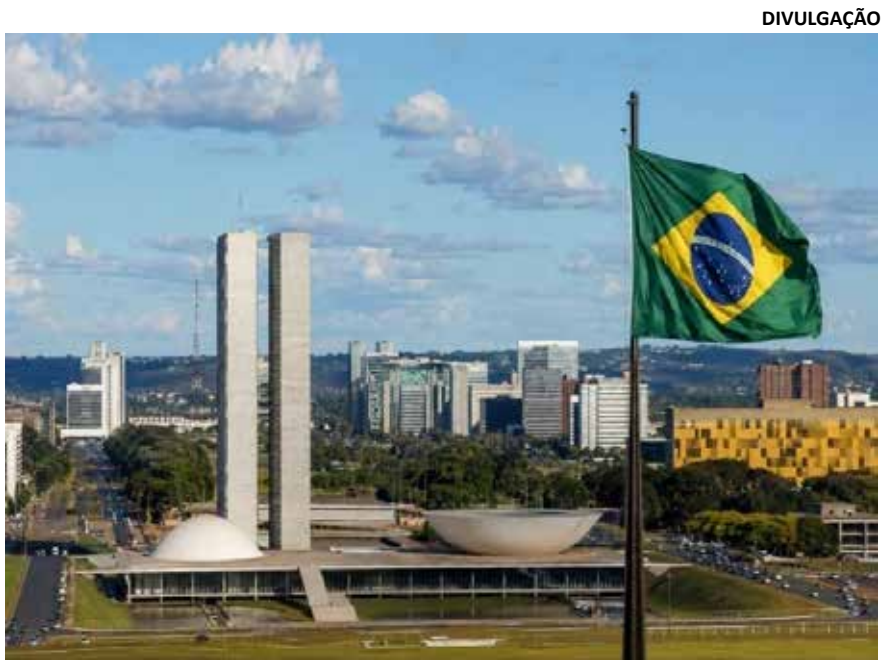
É o preço dos alimentos, o custo do crédito, os juros, a capacidade de comprar uma casa ou um automóvel, a situação das empresas, os empregos, os salários, a carga tributária e a confiança em relação ao futuro.

Por isso, a economia tende a ser um fator decisivo também para a avaliação do presidente Lula e de seu governo. Embates internacionais, inclusive as controvérsias envolvendo o governo Trump e as tarifas norte-americanas, podem movimentar o debate político e diplomático, mas dificilmente substituirão as questões econômicas internas como critério central do eleitor.

A crise do petróleo e as transformações geopolíticas também merecem atenção. O ambiente internacional está cada vez mais complexo, marcado por guerras, protecionismo, tarifas comerciais, disputas tecnológicas e reorganização das cadeias mundiais de produção. O próprio governo brasileiro anunciou medidas de crédito para empresas atingidas pelas tarifas norte-americanas e pelos efeitos de conflitos internacionais, demonstrando como essas mudanças já alcançam a economia real. (Agência Brasil)

Há ainda sinais preocupantes no ambiente empresarial brasileiro. Grandes grupos atravessam processos de reestruturação financeira. Em agosto, por exemplo, a Braskem anunciou processo de recuperação extrajudicial envolvendo cerca de US$ 10,9 bilhões em dívidas, enquanto as Casas Bahia ingressaram em recuperação judicial em meio a dificuldades financeiras, fechamento de lojas e demissões. (Agência Brasil)

DIVULGAÇÃO



Cada caso possui causas próprias e seria equivocado atribuir todas as recuperações judiciais exclusivamente à política econômica. Entretanto, episódios dessa magnitude reforçam a necessidade de observarmos o ambiente de crédito, endividamento, consumo, competitividade e segurança para os investimentos.

Ao mesmo tempo, estamos diante de uma verdadeira mudança de paradigma econômico.

A inteligência artificial, a automação, as novas tecnologias, a economia de plataformas e as transformações nas relações de trabalho estão criando um novo modelo produtivo. Empresas tradicionais precisarão se reinventar. Algumas atividades desaparecerão, outras serão profundamente transformadas e novos setores surgirão.

O Brasil precisa participar dessa transformação, e não apenas assistir a ela.

Também precisamos rever nossa estratégia de inserção internacional. A China é hoje indispensável para a economia brasileira e continuará sendo um parceiro estratégico. Em 2025, recebeu aproximadamente 28,7% das exportações brasileiras e respondeu por 25,3% das nossas importações. (Ceará.gov.br)

Justamente pela importância da China, o Brasil deve trabalhar simultaneamente pela diversificação de seus parceiros econômicos. Não se trata de substituir a China nem de aderir automaticamente a qualquer outro bloco geopolítico. Trata-se de ampliar mercados e equilibrar relações com Estados Unidos, União Europeia, América Latina, Índia, Oriente Médio, África, Japão e outros centros econômicos.

Uma grande economia não pode depender excessivamente de um único destino comercial.

Outro ponto decisivo é a segurança jurídica. O capital procura países nos quais seja possível planejar, investir e calcular riscos. Mudanças permanentes nas regras, intervenções imprevisíveis do Estado e excessiva judicialização de questões econômicas podem reduzir a previsibilidade necessária aos investimentos.

O Brasil precisa de instituições fortes, mas instituições fortes também significam Poderes que respeitem suas competências constitucionais. Executivo, Legislativo e Judiciário devem atuar com independência, mas também com equilíbrio e respeito aos respectivos limites.

Da mesma forma, precisamos discutir uma nova modernização das relações de trabalho, compatível com a inteligência artificial, o trabalho remoto, as plataformas digitais, a economia criativa e as novas formas de prestação de serviços. A legislação não pode permanecer alheia às profundas mudanças que já ocorreram no mercado.

E há uma preocupação adicional no setor produtivo: a implementação da reforma tributária. Empresas de São Paulo, Pernambuco e de todo o país estão revendo sistemas, contratos, estruturas societárias e modelos de negócio diante da nova realidade tributária. Uma transformação dessa dimensão exige segurança, regras claras, transição responsável e diálogo permanente com quem produz.

O Brasil tem enormes vantagens: mercado consumidor, recursos naturais, agricultura competitiva, matriz energética diferenciada, capacidade empresarial, sistema financeiro sofisticado, universidades, tecnologia e uma posição geopolítica privilegiada.

O problema brasileiro não é falta de potencial.

É transformar potencial em crescimento sustentável.

Para isso, precisamos recuperar a responsabilidade fiscal, reduzir estruturalmente o custo do Estado, melhorar o ambiente de negócios, garantir segurança jurídica, modernizar as relações econômicas, diversificar nossas parcerias internacionais, investir em tecnologia e criar condições para o aumento da produtividade.

A eleição de 2026 precisa discutir tudo isso.

Pode-se debater redes sociais, regulação tecnológica, petróleo, geopolítica e tantos outros assuntos importantes. Mas nenhum debate será suficiente se o brasileiro não perceber melhora em sua vida cotidiana.

No final, a economia chega à mesa das famílias, ao caixa das empresas e ao bolso do trabalhador.

Por isso, o primeiro passo é simples e urgente:

colocar a economia no centro do debate nacional e um novo modelo de desenvolvimento atualizado a pauta mundial, inclusive tecnológica.

O Brasil precisa voltar a discutir crescimento, equilíbrio fiscal, produtividade, investimento e desenvolvimento com seriedade.

A gravidade do momento exige menos distrações e mais atenção a economia.



ARTIGO

POR DYOGO BASTOS

JORNALISTA

ELEIÇÕES NO TRABALHO:
QUANDO A ESCOLHA POLÍTICA VIRA ASSÉDIO ELEITORAL

Em ano eleitoral, o debate político naturalmente ocupa as ruas, as redes sociais, as famílias e os ambientes de trabalho. O problema começa quando a opinião deixa de ser uma escolha individual e passa a ser uma obrigação imposta por quem tem poder.

É nesse limite que aparece o chamado assédio eleitoral.

A prática ocorre quando empregadores, chefes ou superiores hierárquicos pressionam trabalhadores para votar em determinado candidato ou partido, participarem de atos políticos, produzirem conteúdo de campanha ou demonstrarem apoio a uma determinada candidatura. A pressão pode ser explícita, como uma ameaça de demissão, ou mais sutil, por meio de constrangimentos, cobranças e promessas de benefícios.

O ponto central é simples: o voto é secreto. E a relação de emprego não transforma o empregador em dono da escolha política do trabalhador.

O fenômeno ganhou atenção nos últimos ciclos eleitorais justamente porque o ambiente profissional pode criar uma relação de dependência capaz de tornar uma suposta "sugestão" muito diferente de uma opinião entre colegas. Quando quem faz a cobrança é o chefe, a pergunta deixa de ser apenas política e pode carregar uma ameaça silenciosa: "o que acontece comigo se eu não concordar?".



Eleições não podem ser disputadas dentro da lógica do medo.

Também é preciso separar liberdade de expressão de abuso de poder. Um empresário pode ter opinião política. Um funcionário também. Pessoas podem conversar sobre candidatos e defender suas ideias. O que não pode existir é a utilização da hierarquia profissional para constranger, ameaçar ou oferecer vantagens em troca de apoio eleitoral.

Em Pernambuco, onde a disputa de 2026 já movimenta partidos, grupos políticos e pré-candidaturas, o tema merece atenção especial. A eleição estadualizada tende a levar a disputa para cada vez mais espaços da sociedade. E justamente por isso é necessário preservar os ambientes de trabalho da transformação em palanque obrigatório.

O eleitor não deve satisfação sobre o candidato em quem pretende votar. Tampouco precisa provar sua preferência política para manter o emprego.

O combate ao assédio eleitoral também exige responsabilidade dos trabalhadores. Denúncias precisam ser acompanhadas, sempre que possível, de elementos que permitam a apuração dos fatos, como mensagens, áudios, documentos, vídeos ou testemunhas. Não se trata de transformar toda conversa política em caso de polícia ou de Justiça, mas de identificar quando existe efetivamente constrangimento ou abuso da relação de trabalho.

No fim das contas, uma democracia saudável começa justamente pela liberdade de escolha. O voto secreto existe para proteger o cidadão da pressão externa. Se o trabalhador precisa esconder sua preferência política para não colocar o emprego em risco, alguma coisa está profundamente errada.

A eleição pode até entrar no ambiente de trabalho como assunto. O que não pode entrar é a ameaça.

Porque democracia pressupõe escolha. E escolha feita sob pressão não é liberdade.

Painel Correio Político: Pernambuco: Raquel assume vantagem, João tenta reagir e Senado vira eleição de alianças

A eleição de 2026 em Pernambuco começa a ganhar contornos mais definidos, mas ainda está longe de ser uma disputa resolvida. As duas pesquisas mais recentes, Datafolha e Real Time Big Data, apresentam fotografias diferentes do mesmo momento: uma mostra empate; a outra, vantagem significativa de Raquel Lyra. O ponto mais importante, porém, está menos na diferença entre os institutos e mais na tendência revelada pelos números.

No Datafolha divulgado em 21 de agosto, Raquel Lyra aparece com 47% das intenções de voto, contra 40% de João Campos. Nos votos válidos, a governadora chega a 52%, contra 44% do ex-prefeito do Recife. Na pesquisa espontânea, a vantagem também é relevante: Raquel tem 39%, enquanto João aparece com 26%.

O Real Time Big Data, divulgado quatro dias antes, havia encontrado um cenário completamente diferente: empate de 43% a 43% no primeiro turno e 44% a 44% em uma simulação de segundo turno.

Isso não significa necessariamente que uma pesquisa esteja "certa" e a outra "errada". São metodologias, amostras e momentos distintos. O dado político mais importante é que Raquel conseguiu transformar uma disputa em que João Campos aparecia anteriormente à frente em uma eleição absolutamente competitiva e, no Datafolha, passou a liderar com uma vantagem que ultrapassa a margem de erro.

A rejeição é hoje um dos principais problemas de João Campos

Existe um dado particularmente relevante para entender a disputa.

No Datafolha, João Campos tem 32% de rejeição, contra 29% de Raquel Lyra. Ou seja, o candidato do PSB tem mais eleitores que dizem não votar nele de jeito nenhum.

No Real Time, a diferença é ainda maior: Raquel aparece com 40% de rejeição, enquanto João tem 35%.

Aqui existe uma aparente contradição que merece atenção: Raquel lidera a intenção de voto no Datafolha, mas tem rejeição muito alta no Real Time.

Isso mostra que a eleição continua vulnerável para os dois lados. Nenhum dos principais candidatos possui uma situação confortável de rejeição. A disputa tende a ser definida não apenas por quem consegue conquistar novos eleitores, mas por quem consegue impedir que o adversário transforme sua rejeição em voto útil contra ele.

João Campos, especificamente, precisa resolver um problema: ele ainda possui uma marca eleitoral forte, mas enfrenta uma resistência que pode limitar seu crescimento.

Raquel, por outro lado, tem um problema diferente: precisa transformar a vantagem atual em consolidação. Uma governadora que busca reeleição precisa convencer o eleitor de que o voto não é apenas uma escolha contra João Campos, mas uma aprovação da própria gestão.

E há um elemento favorável à governadora: no Datafolha, 50% dos pernambucanos avaliam sua administração como ótima ou boa, enquanto 18% classificam o governo como ruim ou péssimo.

Esse talvez seja um dos dados mais importantes de toda a pesquisa.



Raquel não está dependendo exclusivamente de uma transferência eleitoral ou de uma estrutura partidária. Ela começa a campanha oficial com uma avaliação administrativa que oferece uma justificativa objetiva para o eleitor optar pela continuidade.

Raquel mudou o eixo da disputa

A estratégia da governadora parece estar funcionando em um ponto fundamental: estadualizar a eleição.

João Campos chega à disputa com uma vantagem simbólica poderosa: a associação com Lula e o peso do sobrenome Eduardo Campos. A campanha do PSB aposta naturalmente na proximidade com o presidente e na memória política do ex-governador.

Raquel faz o movimento inverso

Ela tenta transformar a eleição em um plebiscito sobre Pernambuco, sobre obras, investimentos, presença no interior e avaliação do governo.

É uma estratégia inteligente porque reduz a dependência da eleição presidencial.

O eleitor pernambucano pode votar em Lula para presidente e, simultaneamente, escolher Raquel para governadora. Não há necessariamente uma contradição nesse comportamento.

Aliás, esse tipo de voto cruzado pode ser decisivo em Pernambuco.

João Campos ainda tem uma carta muito forte

Seria precipitado interpretar os números como uma eleição encaminhada para Raquel.

João continua com uma máquina política expressiva, forte presença na Região Metropolitana e capacidade de mobilização. Além disso, a eleição presidencial pode produzir efeitos importantes sobre a disputa estadual.

O próprio cenário nacional pode ajudar a explicar parte da estratégia do PSB.

A aproximação com Lula dá a João uma identidade política clara. O problema é que essa mesma associação também pode limitar sua capacidade de dialogar com um eleitorado que não necessariamente deseja reproduzir a polarização nacional na eleição estadual.

A questão para João será encontrar o equilíbrio entre ser o candidato de Lula e continuar sendo percebido como candidato de Pernambuco.

Se conseguir fazer isso, o cenário pode voltar a ficar apertado.

Se não conseguir, Raquel terá espaço para ampliar a vantagem.

Senado: uma eleição completamente diferente

Se a disputa pelo Governo começa a apresentar dois polos claros, o Senado está muito mais embolado.

O Datafolha coloca quatro nomes tecnicamente empatados:

Marília Arraes: 15%

Humberto Costa: 14%

Mendonça Filho: 12%

Eduardo da Fonte: 11%

Túlio Gadêlha aparece com 5%.

O detalhe mais importante é que são duas vagas.

Por isso, a leitura tradicional de "primeiro colocado" e "segundo colocado" não funciona perfeitamente.

Na simulação da primeira vaga, Marília tem 17%, Humberto 16%, Mendonça 14% e Eduardo da Fonte 10%.

Na segunda vaga, Marília, Humberto e Eduardo da Fonte aparecem com 12% cada, enquanto Mendonça tem 9%.

Isso mostra uma eleição extremamente aberta.

E existe ainda outro dado importante: 23% dizem votar branco, nulo ou em nenhum candidato e 14% estão indecisos no cenário consolidado do Datafolha.

Ou seja: há uma massa eleitoral enorme que ainda não definiu as duas escolhas.

No Real Time Big Data, Marilia Arraes chegou a 29%, enquanto Humberto Costa tinha 20%, Mendonça Filho 18%, Eduardo da Fonte 12% e Túlio Gadêlha 11%.

Já no Datafolha, a vantagem praticamente desaparece: Marília tem 15%, Humberto 14%, Mendonça 12% e Eduardo 11%.

Isso revela uma característica fundamental da disputa: Marília tem o maior potencial eleitoral individual, mas ainda precisa converter liderança em estrutura.

A saída de aliados de seu entorno e a migração de apoios para Eduardo da Fonte mostram que a eleição para o Senado não será decidida apenas pela popularidade individual.

Recentemente, Álvaro Porto e Gabriel Porto anunciaram apoio a Eduardo da Fonte, depois do rompimento com Marília.

Esse tipo de movimento pode ser decisivo porque a eleição para o Senado é essencialmente uma disputa de capilaridade.

Eduardo da Fonte é quem mais precisa crescer

Talvez o caso mais interessante seja o de Eduardo da Fonte.

Ele aparece com apenas 11% no Datafolha e 12% no Real Time. À primeira vista, está atrás dos três principais adversários.

Mas sua estrutura política merece atenção.

Eduardo está na chapa de Raquel Lyra e vem ampliando alianças municipais. A desistência de Miguel Coelho da disputa ao Senado consolidou Eduardo como nome da chapa majoritária de Raquel.

Depois, Eduardo passou a receber novos apoios, incluindo grupos políticos importantes do interior e da Região Metropolitana.

A questão é saber se essa estrutura conseguirá transformar apoio político em voto.

Hoje, Eduardo está numericamente atrás de Marília, Humberto e Mendonça, mas está dentro da margem de erro de todos eles.

É exatamente por isso que não pode ser descartado.

Mendonça Filho pode ser o beneficiário do eleitorado de direita

Mendonça Filho aparece numa posição particularmente interessante.

Ele tem 12% no Datafolha e 18% no Real Time.

Sua candidatura tem potencial para capturar parte do eleitorado mais identificado com a direita, principalmente aquele que procura um nome competitivo para o Senado.

O problema é que o campo da direita não está completamente organizado em torno dele.

Há uma disputa pela mesma faixa eleitoral entre diferentes nomes e projetos.

Por isso, Mendonça precisa transformar identificação ideológica em voto útil.

Se conseguir, pode entrar na briga pelas duas vagas.

A grande incógnita: voto casado

O Senado será provavelmente influenciado pela composição das chapas para governador.

E aqui aparece uma situação interessante.

Raquel tem Eduardo da Fonte como nome de sua chapa, mas a eleição permite que o eleitor escolha dois senadores. Isso significa que o eleitor de Raquel não necessariamente votará automaticamente nos dois nomes apoiados pelo grupo governista.

O mesmo vale para João Campos.

O eleitor pode escolher um senador ligado ao campo de João e outro de um campo completamente diferente.

Essa característica abre espaço para candidatos que tenham forte votação própria.

O que as pesquisas dizem, de fato?

Minha leitura é a seguinte:

Para o Governo, Raquel chega melhor posicionada.

Não porque todas as pesquisas apontem liderança. Não apontam.

O Real Time mostra empate.

Mas o Datafolha mostra liderança de sete pontos, vantagem na espontânea e avaliação positiva do governo. Além disso, Raquel conseguiu diminuir a distância que existia em levantamentos anteriores e virou a fotografia eleitoral a seu favor.

Para João, o cenário exige reação.

Não necessariamente uma reação desesperada, mas uma mudança de estratégia. Ele precisa ampliar a capacidade de dialogar além do eleitorado já consolidado e, principalmente, reduzir a resistência.

A rejeição de 32% no Datafolha é um alerta.

No Senado, não existe favorito seguro.

Marília é a líder mais consistente, mas o Datafolha mostra que a vantagem evaporou. Humberto permanece competitivo. Mendonça tem um eleitorado potencialmente mobilizável. Eduardo da Fonte tem estrutura e alianças.

E há uma enorme quantidade de eleitores ainda disponíveis

O próximo movimento pode ser decisivo

A nova pesquisa da Quaest, prevista para esta semana, ganha importância justamente porque poderá medir o efeito das alianças e da associação com Lula sobre Raquel e João.

Esse levantamento pode ajudar a responder uma pergunta fundamental:

A vantagem de Raquel no Datafolha representa uma tendência de crescimento ou apenas uma fotografia momentânea?

Se a Quaest confirmar Raquel na frente, ainda que por uma margem menor, será possível falar em mudança efetiva do eixo da eleição.

Se mostrar novamente empate, a leitura será outra: teremos uma eleição essencialmente equilibrada, na qual a diferença encontrada pelo Datafolha estará dentro da volatilidade natural de uma campanha que acabou de começar.

Por enquanto, minha avaliação é que Raquel Lyra entra na segunda semana de campanha com vantagem política e eleitoral, mas não com eleição ganha.

João Campos continua suficientemente forte para virar o jogo.

E o Senado, ao contrário do Governo, permanece completamente aberto.

A eleição pernambucana começa a assumir uma característica curiosa: duas disputas simultâneas e muito diferentes. No Governo, dois nomes concentram praticamente toda a força eleitoral. No Senado, quatro nomes disputam duas vagas e qualquer erro de estratégia pode custar uma cadeira.

É nesse cenário que alianças, voto útil, rejeição, interiorização das campanhas e capacidade de cada grupo de organizar o chamado "segundo voto" deverão definir os vencedores.